

A REPERCUSSÃO DO PENSAMENTO E DA AÇÃO POLÍTICA DE RUI BARBOSA NO EMBATE POLÍTICO NA ABL (1964-1965)

Rafael Brito dos Reis
Mestrando em História pela UNICAP
rafaelpresbiterianoigeo@yahoo.com.br

Resumo:

O objetivo desta comunicação é analisar a posteridade do pensamento e da ação política de Rui Barbosa como senador no período da república velha, na perspectiva da História Intelectual, ao questionar o embate político ocorrido na Academia Brasileira de Letras – ABL, na sessão do dia 21 de janeiro de 1965, que tratava sobre Rui Barbosa e a construção da democracia brasileira, com as seguintes obras e acadêmicos da ABL: "Rui, o homem e o mito" de R. Magalhães Júnior (1964) e "Rui, o MITO e o mico" de Osvaldo Orico (1965). Para tanto, torna-se necessário apresentar algumas discussões nestes livros sobre Rui Barbosa. Dando resposta sobre o que de fato estava em jogo nesse embate político era algo mais amplo e inserido nas discussões das relações de poder, política e instituição, justificando a continuidade e descontinuidade da memória intelectual de Rui Barbosa ainda estar cheia de mitos e emblemas equivocados sobre suas verdadeiras contribuições sociais para a nacionalidade brasileira, informando em qual grau a memória de Rui Barbosa foi usada como um reflexo de vivência da legitimação para a ditadura militar brasileira, concluindo com uma ampliação das discussões sobre as apropriações e ressignificações do pensamento e da ação política de Rui Barbosa inserida nas relações de poder, nos lugares de sociabilidades e repercussões políticas.

Palavras-chave: Rui Barbosa; embate político; ABL.

Introdução

> "De acordo com uma conhecida frase de Epiteto, não são os fatos que abalam os homens, mas sim o que se escreve sobre eles." (KOSELLECK, 2006, p. 97).

Este trabalho tem por objetivo geral analisar a posteridade do pensamento e da ação política de Rui Barbosa a parti do embate político na Academia Brasileira de Letras – ABL entre os anos de 1964 a 1965. Para conseguir esse objetivo, pesquisamos o contexto histórico

do período do embate político na ABL e da publicação das obras de Magalhães Júnior e Osvaldo Orico, respectivamente, nos anos de 1964 e 1965, isto é, no início da Ditatura Militar. Buscando discuti as continuidades e descontinuidades da produção da memória intelectual do personagem Rui Barbosa que está inter-relacionada com a História do Brasil.

Para Koselleck (2006, p. 97-118) na sua obra "Futuro Passado", a história dos conceitos é importante para o historiador evitar anacronismos, por exemplo, o que ocorreu com o conceito "revolução" que inicialmente significava um movimento cíclico ou um retorno. Depois a parti de 1789 na França, o conceito de revolução teve outras proporções, relacionado ao coletivo singular, passando a representar todas as revoluções, mas tendo como base a Revolução Francesa.

Se existe variações hermenêuticas em cada palavra em diferentes espaço-tempo, isto é, em distintos contexto histórico, que alerta o pesquisador ter cuidados no uso de termos para não cair na falta de alinhamento cronológico, equivocando-se ao atribuir a uma época, um personagem da história, costumes que são de outra época. Na História Intelectual, também existe o perigo da negligência na dinâmica e na vitalidade da história das ideias, afinal, um personagem histórico passa, mas suas memórias continuam, que, ao longo dos tempos, sofrem distintas apropriações e ressignificações.

Concomitantemente, Koselleck (2006, p. 97-118) na sua abordagem sobre a História dos conceitos e História social retoma a frase de Epiteto que salienta sobre a reconfiguração ou a manutenção da memória de um sujeito histórico, pois diz que "não são os fatos que abalam os homens, mas sim o que se escreve sobre eles." (KOSELLECK, 2006, p. 97).

Nesse sentido, aqui, estaremos analisando o embate político a parti das publicações dos livros de Magalhães Júnior e Osvaldo Orico acerca da memória de Rui Barbosa que foi culminado em uma das sessões mais calorosas já ocorrida na ABL, na sessão do dia 21 de janeiro de 1965 na ABL (CUNHA, 2017, p, 329).

O problema de pesquisa encontra-se no questionamento: até que ponto o embate político na ABL em 1965 sobre a posteridade do pensamento política de Rui Barbosa tinha como pano de fundo a legitimação da Ditadura Militar? Certeau (1982, p. 54), por exemplo, observou que "a articulação entre o ato que propõe e a sociedade que reflete; o corte, constantemente questionado, entre um presente e um passado; o duplo estatuto de um objeto, que é um "efeito do real" no texto e o não-dito implicado pelo fechamento do discurso".

Afinal, a perspectiva da "história do discurso político" possui uma abordagem cabível porque resume que a cobertura de um fator histórico intrinsecamente passará por mudanças na historiografia, como já passou nas últimas décadas marcando então "um movimento de

abandono da ênfase na história do pensamento (e de forma ainda mais acentuada, ‘das ideias’) rumo a uma ênfase de algo bastante diferente” (POCOCK, 2013, p, 24). Permitindo então enfatizar a posteridade da ação política e pensamento de Rui Barbosa na perspectiva das apropriações e ressignificações de uma maneira que a análise da história do discurso político verifique o contexto histórico e o discurso subscrito, nunca ignorando quem proferiu o discurso. Isso porque, para Skinner, os discursos dignos do interesse do historiador “contêm ‘elementos intemporais’, ‘ideias universais’ e ‘uma sabedoria sem tempo’ de ‘aplicação universal’” (SKINNER, 2005, p.81-82).

1 O contexto histórico e social de 1965 na ABL

O contexto histórico que ocorreu o embate político sobre as contribuições sociais de Rui Barbosa, aponta para o início da Ditadura Militar no Brasil.

É interessante lembrarmos que a Ditadura Militar no Brasil estava também relacionado, direto ou indiretamente, ao contexto de Guerra Fria, onde os embates ideológicos e as constantes ameaças militares entre a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS que defendiam o sistema comunista versus o Estados Unidos – USA que defendiam o sistema capitalista também são relevantes para entendermos o período da Ditadura Militar, assim como, o embate político entre Magalhães Júnior e Orico.

Sendo “nesse contexto internacional que se abriu uma conjuntura de grandes lutas sociais, inédita na história da República Brasileira. O marco inicial foi a renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961” (REIS FILHO, 2014, p. 24-25). Pois, nessa perspectiva internacional e nacional, “não faltavam lideranças militares com retórica nacionalista, ainda que ninguém fosse louco para romper com os Estados Unidos, sobretudo naquele contexto de Guerra Fria” (NAPOLITANO, 2014, p. 73). Que Reis Filho (2014, p. 32) também trata:

> “Quanto a Jânio Quadros, não teve sequer tempo, condições ou vontade para elaborar alguma alternativa. Assim, em um contexto de intensos debates e lutas políticas, marcado pelas ações dos movimentos sociais e pela sombra, cada vez mais pesada, da Guerra Fria, ressurgia uma possibilidade que muitos imaginavam ultrapassada” (REIS FILHO, 2014, p. 32).

Evidenciando que:

> “Se aquele contexto histórico não era marcado pelo “assalto ao céu” da revolução socialista, ao menos também parecia distanciado da opção moderada e conciliatória

> sempre preferida pelos liberais de corte mais conservador nos momentos de crise ao longo da história brasileira" (NAPOLITANO, 2014, p. 296).

Por conseguinte, a Ditadura Militar do Brasil também deve ser relacionada ao contexto do chamado Terceiro Mundo, onde a América Latina foi um território de vários conflitos sociais e regimes totalitários.

Nesse sentido, as apropriações e ressignificações do pensamento de Rui Barbosa por dois intelectuais da Academia Brasileira de Letras (ABL) no contexto da ditadura militar: R. Magalhães Júnior e Osvaldo Orico. Em seguida, abordaremos uma discussão que houve na própria instituição sobre Rui Barbosa, discussão, do nosso ponto de vista, carregada de simbolismo.

1.1 Rui Barbosa na perspectiva de R. Magalhães Júnior

A obra "Rui o Homem e o mito" de R. Magalhães Júnior (1964) foi uma apropriação e ressignificação que buscou desmitificar alguns equívocos sobre a personalidade e a ação política de Rui, que no verbete escrito por Ênio Silveira (1964), diretor da Editora Civilização Brasileira S. A., considera que Rui Barbosa nos seus quarenta anos de vida pública foi ilustre nos setores da política, do direito e das letras, porém, na posteridade de seu pensamento foi "uma vítima de seus idólatras", e, intrinsecamente, "um homem, nunca um deus" (MAGALHÃES JUNIOR, 1964, verbete).

Na perspectiva de Magalhães Junior, Rui Barbosa foi um mito, afirmando que os biógrafos oficiais de Rui como, por exemplo, Viana Filho não contou de fato alguns "erros", sendo o seu livro de Magalhães Junior uma desmitificação dos exageros, mitificação da lenda a personalidade de Rui Barbosa, sendo, portanto, uma apropriação e ressignificação política e simbólica que buscou denunciar os erros e mitos sobre Rui.

Para Magalhães Junior o objetivo desse livro foi "de contribuir para que sejam traçados, futuramente, retratos mais autênticos de Rui".

Essa argumentação destaca que Rui possui um imaginário coletivo que não possui uma veracidade quando se observa suas obras completas e sua conduta pública como político dos períodos do Brasil Império e a República Velha.

Desse modo, o que aconteceu foi que a "Casa de Rui Barbosa" exagerou nas publicações das "Obras completa e Rui Barbosa", sendo omissa nas críticas e nas pesquisas relacionados a imprensa da época. Logo, a partir da perspectiva de Magalhães Júnior observamos que na realidade existe dois Rui, um Rui promovido pelos seus idólatras, como seu genro, o publicista Batista Pereira, assim como, Homero Pires, Afonso Rui dentre outros.

E outro Rui que é defendido por Magalhães Júnior que não é exposto nas biografias escritas sobre ele, "um político entranhadamente conservador, ao mesmo tempo ambicioso, comodista e inconstante, omisso em seus deveres parlamentares, raramente frequentando o Senado, sem real capacidade de liderança, tão longe [de] lealdade definitiva a alguma ideia ou pessoa"[1].

Nesse sentido, a impressão de Magalhães Júnior é que Rui foi candidato a Presidência da República a partir de uma intencionalidade política de conspiração contra a democracia, sendo Rui um representante da manutenção política imperial agora com nova roupagem federalista e republicana (MAGALHÃES JÚNIOR, 1964, p. 8).

É possível, portanto, pensar a posteridade do pensamento de Rui a partir das críticas das exaltações oriunda do inconsciente coletivo do personagem apropriado pelos seus biógrafos; e pela perspectiva denunciatória de análise de conjuntura proposta por Magalhães Junior como crítica as idolatrias de Rui Barbosa.

Isso porque perceber as relações de poder existentes no discurso político a partir da apropriação, como acontece na perspectiva política de Magalhães Júnior, é de fundamental importância para entendermos as polêmicas e contrastes sobre a posteridade do pensamento intelectual.

Logo, os efeitos políticos e simbólicos estão relacionados às formas de discussão e aos valores construídos na historiografia e voltados ao conhecer e ao relacionar, o que dizem de Rui e o que de fato Rui foi.

Magalhães Júnior dissera que a posteridade do pensamento de Rui Barbosa seria "um dos maiores erros judiciários [e registros históricos] de todos os tempos" (MAGALHÃES JÚNIOR, 1964, p, 201). Assim como, "devíamos sentir obrigados a colaborar para que estes nos fossem progressivamente levantando do esmorecimento em que o país havia caído pelos erros e crimes da situação passada" (MAGALHÃES JÚNIOR, 1964, p. 398).

Quadro I – Análise das omissões sobre Rui Barbosa segundo Magalhães Júnior.

Omissão sobre Rui Barbosa	**Análise**
1º - Combateu o fechamento, por lei, do comércio e das indústrias aos domingos e dias santificados.	Rui defendeu o interesse privado, porém fez uma exceção para Bahia e teve contradições no juramento obrigatório dos deputados.
2º - Dava a sociedades e cooperativas militares a mesma espécie de vantagens que negava a	Rui se utilizava de dois "pesos e duas medidas", favorecendo os militares e

[1] Essa apropriação e ressignificação negativa sobre Rui feita por R. Magalhães Júnior foi encontrada no prefácio de sua obra "Rui o Homem e o mito". Consideramos como uma síntese de toda a sua obra que buscou criticar os idólatras de Rui e, sobretudo, desenvolver alguns retratos mais autênticos sobre Rui Barbosa.

organizações de operários e funcionários.	ignorando as solicitações dos operários e as leis sociais.
3º - Participou diretamente do encilhamento, como presidente de empresas de mera especulação, baseadas em favores do Governo Provisório.	Rui provocou o encilhamento e foi corrupto sendo até mesmo presidente de empresas fantasmas.
4º - Condenou o jogo em discurso antológico, mas foi acionista de uma casa de jogo, advogou em favor do jogo e tentou colocar um jogador no Supremo Tribunal Federal.	Rui foi inconstante, se posicionando contra o jogo no discurso inicial, porém sendo acionista e favorecendo os frontões.
5º - Em Haia combateu a doutrina Drago e sustentou a tese de que os Estados tinham o pleno direito de cobrar suas dívidas externas por meio da força armada.	Mais uma vez foi inconstante como político, Rui primeiro era a favor a doutrina de Drago, mas Deus por pressão externa e interna foi contra, defendendo a cobrança pela força.

FONTE: Registros do livro de Magalhães Júnior (1964) adaptado pelo autor.

No Quadro I, observamos cinco omissões apontadas por Magalhães Júnior sobre a posteridade do pensamento de Rui que se traduz na pessoa e a ação política de Rui Barbosa. Dessas cinco omissões iremos analisar três, por falta de espaço.

A primeira omissão apontada por Magalhães Júnior trata que Rui "combateu o fechamento, por lei, do comércio e das indústrias aos domingos e dias santificados". Observando que Rui possuiu várias contradições.

Nesse sentido, essas contradições são observadas, primeiro, porque "Rui queria então que a propriedade imobiliária e territorial das ordens religiosas fosse taxada tal como a propriedade comum" (MAGALHÃES JÚNIOR, 1964, p. 6). Segundo, não defendeu os interesses religiosos nessa perspectiva, pelo contrário, Rui "levava tão longe o seu rigor que defendia o direito, a seu ver incontestável, de manterem o comércio e a indústria as portas abertas aos domingos" (MAGALHÃES JÚNIOR, 1964, p. 6).

Desse modo, Rui Barbosa se contradiz, porque não se posicionando sobre o chamado "Dia do Senhor" de cunho religioso, pelo contrário, Rui defendeu os direitos do capital e da liberdade privada, salientando de um lado que "o Estado não tem o direito de trancar no domingo as portas à indústria" (MAGALHÃES JÚNIOR, 1964, p. 6).

Para Magalhães Júnior, Rui Barbosa foi inconstância no momento que buscou retirar o juramento à Constituição e à dinastia perante uma autoridade eclesiástica, mas em outro 1879 determina aos deputados fazerem juramento na capela do império ou nas mãos de seu presidente.

Desse modo, em contradição a essa inconstância de Rui, Joaquim Nabuco combateu destacando a contradição, por conseguinte, a supressão de tal formalidade, onde "declarou, com franqueza: "Nem nós, deputados, vamos à missa do Espírito Santo. Bispo do Rio de

Janeiro terá poucos deputados que vão prestar em suas mãos tal juramento" (MAGALHÃES JÚNIOR, 1964, p. 7-8).

Não obstante, com a aprovação da Lei Saraiva, Rui se retrata não obrigando os católicos agora com direitos a eleição a se submeterem ao artigo 17, por conseguinte, fazendo um substituto.

É interessante saber que, diante dessas contradições, Rui também pertenceu ao grupo que apoiou "os primeiros passos no sentido da separação entre a Igreja e o Estado defendida pelos maçons e liberais-radicais" (MAGALHÃES JÚNIOR, 1964, p. 10). Suscitando a pretensão de Rui que além daquele juramento, defendia "também que fossem abolidos os subsídios que o Império dava à Igreja, através da côngrua, paga aos bispos e padres e as verbas orçamentárias destinadas à manutenção dos Seminários Episcopais" (MAGALHÃES JÚNIOR, 1964, p. 8).

A segunda omissão sobre a ação política de Rui refere-se ao fato que "dava a sociedades e cooperativas militares a mesma espécie de vantagens que negava a organizações de operários e funcionários".

Dentro desse contexto Magalhães Júnior pondera que Rui fez várias vezes um parecer negativo para as solicitações operárias quando requerem anulação da dívida da pena d`água em atraso. Enquanto, facilmente atendia aos pedidos de isenção dos militares referente ao mesmo assunto de anulação, favorecendo os militares "dos direitos de consumo para tudo o que importar", mas, tendo outra postura para os operários (MAGALHÃES JÚNIOR, 1964, p. 415).

Por conseguinte, a terceira omissão dos idólatras de Rui, refere-se ao fato que Rui "participou diretamente do encilhamento, como presidente de empresas de mera especulação, baseadas em favores do Governo Provisório", oriundo de sua ação como Ministro da Fazenda, que também deu a algumas instituições a faculdade de emitir cédulas no objetivo de desenvolver o Brasil, porém originou alguns transtornos econômicos em vários setores. Que Magalhães Júnior acusa que Rui facilmente deixava-se arrebatar pela facúndia dos encilhadores, buscando, por exemplo, atrair capitais estrangeiros:

Essa participação direta do encilhamento também pode ser observada quando Rui Barbosa estabeleceu uma política monetária focada na livre emissão de créditos monetários que nos casos do Banco Nacional do Brasil, assim como, ao Ministro da Agricultura, Lourenço de Albuquerque, e ao Visconde de Figueiredo que fez concessão que originou à Companhia de Obras Hidráulicas do Brasil em plena lebre encilhadora, conjuntaram de fato uma desenfreada especulação na Bolsa.

1.2 Rui Barbosa na perspectiva de Osvaldo Orico

Em resposta ao livro "Rui o Homem e o mito" de R. Magalhães Júnior (1964), Osvaldo Orico[2], publica seu livro "Rui o MITO e o mico" (1965) onde afirma que o livro de Magalhães Júnior sobre Rui Barbosa foi um extravagante mico (ORICO[3], 1965).

Nesse sentido, Orico observou que esse mico veio em forma de calúnia, porque "tentou o sr. R. Magalhães Júnior criar uma legenda negra para tisnar a memória de sua vítima. A Nação repeliu a ofensa, exigindo a réplica que restabelecesse a verdade histórica" (ORICO[4], 1965). Para Orico, no final, o sr. R. Magalhães Júnior engrandeceu mais a posteridade do pensamento intelectual de Rui.

Não obstante, salientou também que Magalhães Júnior exagerou nas suas liberdades, sendo necessário uma réplica a partir do livro "Rui o MITO e o mico" que, intrinsecamente, possui um caráter apologético, mas é um trabalho histórico que possuiu uma "preocupação da verdade" (ORICO, 1965, p. 10). Que não simplesmente tivera as pretensões de Orico, mas seguia a opinião nacional, e "o título escolhido para esta obra resultou de um plebiscito" (ORICO, 1965, verbete).

Orico entende que Magalhães Júnior tinha algum problema pessoal com a posteridade do pensamento intelectual de Rui, achando que ele sempre se vangloriava.

Por exemplo, lembremos que Magalhães Júnior desconfiava de todas as ações de Rui Barbosa, forçando o momento que Rui estivera na universalidade da cultura, onde teve que executar seu poliglotismo numa "assembleia de notáveis que falavam poucas línguas" (ORICO, 1965, p. 44).

Em vez de Magalhães Júnior se orgulhar como brasileiro pela ótima representação política e cultural que Rui fez em nome dos brasileiros, Magalhães Júnior fazia várias críticas com intencionalidades emocionais mesquinhas (ORICO, 1965, p. 9). É nessa perspectiva que Orico informa alguns equívocos e questiona a Magalhães Júnior se o mesmo não percebeu as contribuições de sua ação política como diplomata:

Em outra passagem ponderou Orico que Magalhães não fez um trabalho acadêmico, porque "o erro, ou melhor, a má fé exercitada conscientemente pelo sr. R. Magalhães foi a de se aproveitar e se apropriar de um material perempto, desgastado pelo uso, pela repetição e pela penitência dos autores, erigindo-o em arma de combate" (ORICO, 1965, p. 45).

---

[2] Osvaldo Orico na época estava ocupando a mesma cadeira que Rui Barbosa tinha ocupado na Academia Brasileira de Letras

[3] Ideia tirada da orelha do livro Rui o MITO e o mico de Osvaldo Orico

[4] Ibid.

Com base no quadro II, abaixo temos algumas apropriações e ressignificações da posteridade do pensamento intelectual de Rui Barbosa na perspectiva de Osvaldo Orico. Nesse sentido, a ordem dessas retificações de Orico sobre a ação política de Rui acusada por Magalhães Júnior não seguem, necessariamente, a mesma ordem dos capítulos apresentados no livro "Rui o MITO e o mico". Porém, foram priorizados e selecionados os discursos e argumentações mais relevantes.

Quadro II – Algumas falsificações sobre Rui Barbosa replicadas por Osvaldo Orico.

É falso	**Retificação**
1º - Que Rui fosse um reacionário e houvesse combatido as leis sociais, colocando-se contra o pobre e o operário.	Ao contrário, adiantou se a elas, num parecer favorável à construção de casas populares (1882) e antecipou-se ao nosso tempo, em medidas benéficas ao trabalho das mulheres e dos menores nas fábricas.
2º - Que Rui desse a sociedades e cooperativas militares vantagens que negava a entidades civis.	Tudo dependia da organização e responsabilidades de cada uma.
3º - Que Rui houvesse participado do encilhamento, como presidente de empresas de mera especulação, baseada em favores do Governo Provisório.	Leia-se a contestação a essa calúnia no capítulo especialmente escrito para esta obra pelo Prof. Aliomar Baleeiro.
4º - Que Rui condenasse o jogo mas fosse acionista de casas de tavolagem.	O "frontão" não era considerado jogo de azar. É uma afronta inculpá-lo pelo patrocínio dado à indicação de um jurista capaz e probo para o Supremo Tribunal.
5º - Que houvesse combatido em Haia a doutrina Drago.	Sustentou ali o princípio da arbitragem para a cobrança das dívidas externas e desfraldou a bandeira da igualdade jurídica dos Estados, tornando vitoriosa uma doutrina brasileira.

FONTE: Registros do livro de Osvaldo Orico (1965).

A primeira retificação que podemos destacar[5] que Orico chama atenção refere-se ao equívoco de achar que Rui foi contraditório como um liberal, ou seja, caracterizado por Magalhães Júnior como um político distante e alheio aos problemas das massas obreiras, sendo acusado de ser contra as leis sociais, aos pobres e operários (ORICO, 1965, p, 108).

Nesse sentido, Orico (1965) observa que isso é falso, porque "ao contrário, adiantou se a elas, num parecer favorável à construção de casas populares (1882) e antecipou-se ao nosso tempo, em medidas benéficas ao trabalho das mulheres e dos menores nas fábricas".

Em outra passagem, Orico destaca a contribuição social de Rui em várias áreas da sociedade como "a saúde, habitação, férias, educação e bem-estar dos empregados" (ORICO,

[5] A ordem das retificações de Orico sobre a ação política de Rui acusada por Magalhães Júnior seguem nesse trabalho de monografia a sequência do quadro III, não sendo necessariamente a mesma ordem de retificações que se encontra no livro "Rui o MITO e o mico".

1965, p, 192). Bem como, Orico desenvolve a ação de Rui Barbosa na construção de residências mesmo no período de injustiças socioespaciais, na finalidade de retificar a falsificação dos anunciados estereotipados, com temas e discursos inapropriados.

Desse modo, o que aconteceu não foi uma negligência social e econômica para com o Brasil, mas sim, uma forçosa interpretação de Magalhães júnior que somente utilizou como fonte às opiniões dos inimigos de Rui, por exemplo, mas não somente, Demétrio Ribeiro, ministro da Agricultura que foi "o mais inflamado contra Rui" (BALEEIRO. In: ORICO, 1965, p. 228). Assim como Magalhães Júnior se utilizou de algumas críticas e exortações do próprio Rui[6] acerca dos rumos perigosos do sistema, não com um "fundo reacionário", mas sim o fundo pedagógico de seu pensamento" (ORICO, 1965, p. 96).

Por conseguinte, Orico também considerou que Rui conquistou gradualmente as etapas das leis sociais, sem choques nem sobressaltos:

Quanto a suposta negligência de Rui com as causas das entidades civis e sociais, Orico salientou que todos os capítulos do livro de Magalhães Júnior são suscetíveis de retificações, sobretudo, o último, em que, descontrói a ação política de Rui sobre a questão social, enfatizando que Rui era hostil à democracia. Uma informação falsa que não possui fundamento porque, grosso modo, ignora a questão social que Rui teve de enfrentar em seu tempo como abolicionista.

A segunda retificação trata da mensagem falsa que diz "que Rui desse as sociedades e cooperativas militares vantagens que negava as entidades civis". Ou seja, que Rui utilizava "dois pesos e duas medidas" na sua ação política, sempre favorecendo as sociedades e cooperativas militares, imperialistas e monarquistas, em detrimento das entidades civis.

Sendo errôneo, porque, enquanto Magalhães Júnior dizia que os biógrafos de Rui omitiram o fato de que ele "dava as sociedades e cooperativas militares a mesma espécie de vantagens que negava as organizações de operários e funcionários", ponderando também que Rui era contra as organizações dos operários e favorecimento dos militares. Concomitantemente, Osvaldo Orico, ratifica que Rui foi contra "os sofrimentos da pobreza [que] se equilibrem orçamentos fictícios ou se anunciem saldos de encomenda, e, por entre manipulações e manigâncias, os ricos enriqueçam cada vez mais" (ORICO, 1965, p. 108).

Concomitantemente, observa Martins "a "questão militar" era vista, pelos mais argutos, como um aspecto da "questão política": revelando decidida simpatia pelas ideias

[6] As críticas e exortações que Rui faz são apropriadas e ressignificadas por Magalhães Junior que retira do contexto, e tornando pretexto na sua linguagem política. Logo, Magalhães Júnior com essa abordagem se caracteriza como um oportunista.

radicais, Rui Barbosa pronunciou nesse mesmo ano importante discurso sobre a reforma eleitoral" (MARTINS[7], 1977-1978, p. 48).

Nesse sentido, Magalhães Júnior passou por mais um mico, porque o peso dos constrangimentos externos para lastimar desvios em relação a uma suposta omissão sobre Rui Barbosa, e para reafirmar a necessidade de uma política criminalizada foram claramente denunciada por Osvaldo Orico e, sobretudo, pela a própria História da Inteligência Brasileira que reconhece Rui Barbosa como um intelectual que lutou pelos direitos sociais, assim como, pela reforma do ensino e pela liberdade de pensamento de ideias liberais, com os embates políticos que ultrapassaram largamente as fronteiras de manutenção de vantagens de sua época.

A terceira proposição falsa acerca de Rui Barbosa refere-se a sua participação no encilhamento, sendo, intrinsecamente um corrupto estando na frente como presidente de empresas de mera especulação, "baseada em favores do Governo Provisório". Segundo Orico foi um mico também de incompetência, porque "o sr. R. Magalhães Junior [...] se abalança a escrever, sem estar para isso credenciado" (ORICO, 1965, p. 104).

Essa acusação foi contestada no livro de Orico pelo "Deputado Aliomar [Andrade] Baleeiro, catedrático de Ciência das Finanças da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro"[8] que, considerou falso e ridículo e sem fundamentos a suposta omissão de Viana Filho em registrar que Rui foi presidente de empresas de mera especulação. Destacando que Viana Filho estava, salvaguardado, nas demonstrações das fontes de suas pesquisas, ao contrário de Magalhães Júnior.

Considerações Finais

Ampliar as noções e discussões sobre a posteridade do pensamento de Rui Barbosa e propor outras possibilidades de análise na História Intelectual é um desafio e pode ser considerado para alguns historiadores como algo em segundo plano. No entanto, nos ajuda a analisar as continuidades e descontinuidades da produção da memória intelectual de Rui Barbosa que está inter-relacionada com a história.

Como foi salientado, no embate político na ABL em 1965 sobre a posteridade do pensamento política de Rui Barbosa tinha como pano de fundo a repercussão da memória de

[7] MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira. Vol. IV (1877-1896).** São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977-1978, p, 48. Esse livro colabora em várias citações sobre o personagem Rui Barbosa, destacando a posteridade intelectual de Rui em várias questões que possui intensa relevância para a História Intelectual, observadas nos seus discursos e ação política.

[8] Citação retirada da epígrafe do capítulo 18, não obstante, esse capítulo 18 não foi escrito por Orico, mas sim, por Baleeiro. Ver a nota de rodapé de nº (10).

Rui Barbosa, durante o início da Ditadura Militar, período de instabilidades democráticas, que mostra, do nosso ponto de vista, que no Brasil a democracia está em desenvolvimento. Onde instituições como ABL tornou se espaço de discussão política.

Nesse sentido, a visão do historiador deve estar sempre se colocando em perspectiva. Porque refletir as apropriações intelectuais em diferentes contextos e fazer uma história dos discursos políticos em meio aos períodos que são marcos historiográficos ainda é desafiador, pois por convenção temas como esse estão presentes nas discussões envolvendo tanto a memória regional, como a memória local.

Discutir essa temática tomando por base a posteridade do pensamento e ação política de Rui Barbosa, intelectual que dificilmente apresenta uma unidade nos discursos através da historicidade, "surpreendeu" Viana Filho, Magalhães Júnior, Osvaldo Orico e Bolívar Lamournier, historiadores que em diferentes abordagens e afinadas intencionalidades contribuíram com a temática em questão.

A história dos discursos políticos desses protagonistas está sempre atrelada a diversas possibilidades de análise da historiografia que, compõe, desde o desenvolvimento do contexto que deve ser entendido e não ignorado, assim como, o personagem que profere o discurso. Na perspectiva da história do discurso político em Pocock nos ajudou a fazer novas leituras das apropriações e ressignificações do pensamento de Rui possibilitando perceber outros elementos presentes na produção da memória e, sobretudo, da historiografia.

Atrelar essas dinâmicas da memória e da historiografia, a partir dos diferentes processos temporais dos discursos políticos, relacionando-as a debates polêmicos que envolvem a relação apropriação-ressignificação, como as discussões referentes "A vida de Rui Barbosa" feitas por Viana Filho (1977) no contexto da década de 1930 até 1941, bem como, as discussões dentro dos embates políticos de Magalhães Júnior (1964) e Osvaldo Orico (1965) no contexto do inicial da Ditadura Militar e, as discussões nos ensaios de Lamournier (1999) no contexto da Nova República, comprovam a relevância científica da História Intelectual que prova consequências pertinentes para história do Brasil, foi uma questão desafiadora.

Agrupando esses três momentos históricos de apropriações e ressignificações da posteridade do pensamento intelectual de Rui Barbosa sob uma perspectiva de investigação unificada pela atenção dedicada a Escola de Cambridge, intrinsecamente, nas figuras de Pocock e Skinner. Aprendemos que a história do discurso político não pode ser separada do contexto social e dos acontecimentos históricos. Bem como, o discurso não pode ser desatrelado daquele que profere.

No entanto, a história do discurso político não buscou fazer aqui algum juízo de valor dos apropriadores da posteridade do pensamento intelectual de Rui Barbosa, com um cunho moral, como busca julgar os personagens. Mas sim, buscou entender as apropriadores e ressignificações de Rui, como indivíduos em sua época. Porque não somos juízes do passado, até porque não temos acesso a todas informações, daí temos que entender o contexto político e socioespacial.

Ademais, a vida desses intelectuais se apropriando da posteridade do pensamento de Rui Barbosa não se reduzia apenas a infortúnio social e político, também se fala de inovações e oportunidades para a historiografia da inteligência brasileira, considerando que a história é uma busca de aproximações e diferenças no espaço e no tempo.

Acreditamos que as apropriações e ressignificações sobre a posteridade do pensamento de Rui Barbosa, acabam por reafirmar certos discursos ao longo de cada tempo e espaço analisado que estão carregados de símbolos, uma vez que se fala em “mito” e “mico”, por exemplo entre Magalhães Júnior e Osvaldo Orico.

Não obstante, a posteridade do pensamento de Rui Barbosa não pode ser diluída como uma classificação e apropriação simplista, ou reduzida a pensamento negativista meramente instrumental, pois seria uma limitação que desconsideraria o potencial das contribuições sociais e jurídica oriundo da vida pública de Rui que, infelizmente, ainda no Brasil precisa desenvolver mais, mesmo com os vários avanços, apropriações e ressignificações, a posteridade do pensamento de Rui Barbosa ainda não ocupou seu lugar diante de sua relevância singular na academia.

É muito difícil pensar até para fins de pesquisa em uma desarticulação das apropriações e ressignificações do pensamento de Rui, uma vez que todas essas apropriações e ressignificações fazem parte da memória do personagem, seja negativa ou positiva, onde a história do discurso político serve também, mas não somente, para esclarecer os equívocos historiográficos, tendo um porque histórico, um fundamento em entender os símbolos, o sujeito, a memória, assim como, quais são os dois polos da questão dos discursos contra e a favor da memória de Rui que, são bastante distintos.

São esses contornos que fazem da posteridade do pensamento de Rui Barbosa relevante para a historiografia brasileira. Principalmente em virtude de seus processos, levando em conta as diferentes intencionalidades das apropriações dentre de cada período, bem como a construção de uma história intelectual. Esses processos historiográficos são passíveis de investigação e pesquisa.

Não esgotamos os discursos sobre a posteridade do pensamento de Rui Barbosa, apontando elementos que buscaremos desenvolver no mestrado.

Na posteridade do pensamento de Rui Barbosa existe vários temas de pesquisa podem ainda ser explorados, como as relações da democracia, a guerra ideológica, Rui como jurídico, Rui abolicionista, dentre outros. Além desses assuntos, as relações do sujeito/mito no período que Rui ocupava a pasta do Ministério da Fazenda e a posteridade do pensamento de Rui como "Águia de Haia" são matérias que podem vir a ser objetos de outras pesquisas.

Finalizamos nosso trabalho com o trecho da música "Tamandaré – Rui Barbosa" de Martinho da Vila. Essa canção diz muito sobre a posteridade do pensamento de Rui em perspectiva: "Nosso delegado foi o nobre Rui Barbosa e a nação imortalizou, naquela assembleia pomposa quando em vários idiomas expressou. Possuído por inspiração divina, no discurso exponencial, seu conceito era a América Latina na política internacional".

Referências bibliográficas

BALEEIRO, Aliomar de Andrade. Rui e o encilhamento. In: ORICO, Osvaldo. *Rui o MITO e o mico***.** – Rio de Janeiro: Distribuidora Recorde de serviços de imprensa LTDA, 1965, p, 217-238.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história* / Michel de Certeau; tradução de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica [de] Arno Vogel. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CUNHA, D. A. C. *Sociabilidade, memórias e valores compartilhados: o cotidiano na Academia Brasileira de Letras durante a ditadura militar.* 2017 (texto cedido pelo autor, no prelo).

DEL PRIORE, Mary. *O livro de ouro da História do Brasil* / Mary Del Priore e Renato Venâncio. - Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada* / Elio Gaspari. - São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

LAMOUNIER, Bolívar. *Rui Barbosa: ensaio de Bolívar Lamounier***.** Fotografias de Cristiano Mascaro; [prefácio de Mario Brockmann Machado]. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e memória* / Jacques Le Goff; tradução Bernardo Leitão ... [et al.] - Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo**.** *Rui o homem e o mito***.** – Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira S. A., 1964.

MAGALHÃES, Rejane Mendes Moreira de Almeida. *Rui Barbosa na Vila Maria Augusta.* - Rio de Janeiro, RJ: Ministério da Cultura; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013.

MARRECA, Pedro Paiva. Contexto linguístico e discurso político: Um diálogo entre Q. Skinner e J. G. A. Pocock. In: BELCHIOR, Luna Halabi; PEREIRA, Luisa Rauter; MATA, Sérgio Ricardo da (orgs). *Anais do 7º Seminário Brasileiro de História da Historiografia - Teoria da história e história da historiografia: diálogos Brasil- Alemanha.* Ouro Preto: EdUFOP, 2013.

MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira. Vol. IV (1877-1896).* São Paulo, Cultrix, Ed. da Universidade de São Paulo, 1977-1978.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Ruy Barbosa***.** (publicado 22/04/2015 às 11h33, última modificação 09/06/2016 às 17h11). Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/galeria-dos-ministros/pasta-epublica/pasta-republica-ministros/ruy-barbosa. Acessado em 20 de março de 2017.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro* / Marcos Napolitano. - São Paulo: Contexto, 2014.

ORICO, Osvaldo. *Rui o MITO e o mico***.** – Rio de Janeiro: Distribuidora Recorde de serviços de imprensa LTDA, 1965.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político***.** - 1. ed., 1. reimpr. - São Paulo; Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político***.** São Paulo: Edusp, 2003.

POCOCK, J. G. A. Conceitos e discursos: uma diferença cultural? In: JASMIN, M. & JÚNIOR, J. F. (Org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas.* Rio de Janeiro: Editora PUC- Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988* /Daniel Aarão Reis Filho. – 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RUI – O HOMEM E O MITO. Revista da Academia Brasileira de Letras, nº 109, Janeiro-Junho de 1965.

SKINNER, Q. *Visões da política: sobre os métodos históricos***.** Algés: Difel, 2005.

SKINNER, Quentin. Significado y Compresión em La historia de las ideas, In: *Prismas: Revista de História Intelectual,* s.v, s.n, 2000, p, 30. Disponível em: http://4s.io/document/wFigR7J6/Quentin_Skinner_-_Significado_.htm> Acesso em 03 de março de 2017.

VIANA FILHO, Luís. *A Vida de Rui Barbosa.* 8.ed. rev. e atualizada. - Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.